

**Requerimento de Informação N°.....DE.....
(Do Sr.....)**

Solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda, Guido Mantega, a respeito da apropriação pela Caixa Econômica Federal da faixa de 2% a 5% dos recursos destinados a convênios, programas e projetos sobretudo da área social e de infra-estrutura.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa com base no art.50 da Constituição Federal e na forma dos arts.115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Fazenda no sentido de esclarecer esta Casa quanto à apropriação por parte da Caixa Econômica Federal da faixa de 2% a 5% dos recursos destinados a convênios, programas e projetos sobretudo da área social.

Justificação

É fato que a Caixa Econômica Federal tornou-se a grande depositária dos recursos da União destinados as obras do Governo Federal. Nada mais justo e oportuno frente ao histórico de ações e iniciativas da Caixa Econômica como o grande banco social do País. É mister reconhecer que ao longo de sua existência, a Caixa Econômica tornou-se sinônimo de centro financiador dos grandes programas sociais de grande importância e impacto sobretudo para as classes menos favorecidas.

Através dos recursos captados sobretudo por sua poupança popular, de grande penetração e credibilidade junto a massa da sociedade brasileira, a Caixa Econômica é responsável pelo financiamento da casa própria, nova ou usada, da enorme maioria da população, o que a torna um verdadeiro modelo de banco com finalidade eminentemente social. Seu papel como provedor e financiador das necessidades sociais e centro arrecadador da poupança existente no País é incontestável e digno do reconhecimento nacional.

Frente a um trabalho memorável e digno de todo o registro, um fato de natureza relativamente recente vem de encontro a tradição e finalidade social que a Caixa sempre representou para toda sociedade brasileira. A apropriação da faixa de 2% a 5% dos recursos destinados a programas projetos e convênios de cunho fortemente social exige uma explicação convincente e transparente quanto a razão da apropriação e acima de tudo quanto ao destino dado aos recursos represados.

Por conseguinte, torna-se imperiosa uma explicação pública-oficial e adequada para que a população venha a conhecer e entender as razões desta retenção compulsória e definitiva. É válido ressaltar ainda que muitos prefeitos e mesmo empresas de Governo tem tornado público a contrariedade e prejuízo que a apropriação antes do repasse deste percentual tem causado.

Diante do exposto, espero ver o presente requerimento aprovado pelo plenário, depois de recebido e processado pela Mesa.

Sala das sessões em.....

Deputado Waldir Neves
(PSDB/MS)